

Estratégias de Segurança e de Defesa

Carlos de Meira Mattos*

"Si vis pacem, para bellum"

com base em experiências anteriores – Pacto de Viena (1815), Tratado de Versailles (1919) e Organização das Nações Amigas (1945), o artigo contesta a "Nova Ordem", imaginada capaz de garantir a paz e a segurança do mundo, e defende que o "Projeto Brasil – Século XXI" não poderá deixar de prever uma Política Militar para o País.

Vivemos uma época de transição, como têm acentuado em seus livros de projeção internacional os autores McLuhan (*Aldeia global*), Alvin Toffler (*A Terceira Onda*), Francis Fukuyama (*O fim da História*) e John Naisbitt (*Megatrend 2000*).

Os avanços rapidíssimos da eletrônica, da informática e das comunicações desasturaram o ritmo de absorção pela sociedade desses novos inventos. Deu-se uma disritmia e a sociedade está tendo dificuldade em ajustar os seus valores éticos, políticos e sociais às facilidades oferecidas pela tecnologia. Esta é a fase de transição em que estamos envolvidos.

As estratégias de segurança e de defesa visam a proteger o Estado-nação. Este, na opinião dos entusiastas pela globalização, deverá ficar muito enfraquecido, perderá suas características plenas de soberania e de autodeterminação, que são o seu apanágio e a sua força. A ser correta essa previsão, estaria obsoleta ou muito reduzida a necessidade de segurança e de defesa do Estado. Entidades internacionais coordenadas pelos "grandes" se encarregariam da proteção dos pequenos e médios países. Em síntese, esse é o projeto da nova ordem mundial expressa pelo ex-Ministro da Defesa Norte-Americano, McNamara, que vem contando com o apoio dos sete Grandes.

O sonho de uma "nova ordem" capaz de garantir a paz e segurança no mundo já foi a esperança de três importantes conferências internacionais – o Pacto de Viena (1815), quando, derrotado Napoleão, os vitoriosos decidiram estabelecer as regras para todos os outros países; o Tratado de Versailles (1919), estabelecido pelas potências que derrotaram a Alemanha do Kaiser Guilherme II; e finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, através do Tratado de São Francisco e a criação da ONU. Assim a humanidade está agora diante da quarta tentativa de uma reorganização da estrutura internacional pela vontade dos "grandes" vencedores.

General-de Divisão

Observa o analista político francês Jacques Attali que durante toda a vida da humanidade nunca os avanços técnicos foram capazes de contrariar a ambição dos homens e dos grupos humanos. Segundo Freud, *o homem, como todo animal, tem um instinto possessivo*. Seria portanto utópico esperar-se que, agora, os homens e as comunidades políticas ou religiosas se transformem em pacíficas ovelhas. A ambição gerará conflitos que perturbarão os anseios de paz. Esta a triste realidade.

Seria leviano o estadista que, em face de vãs promessas de paz, concordasse em descuidar-se da segurança e defesa do seu Estado. Os avanços no campo da tecnologia, tornando as comunicações visuais e pelo som quase instantâneas, modificaram o cenário da guerra. Novos dispositivos de direção do tiro, os aviões supersônicos, os mísseis transcontinentais, os satélites, os submarinos modernos e a arma nuclear que continua a ser uma grande ameaça, obrigam os estados-maiores a reformular os conceitos de segurança e de defesa. Muitos comandos, muitas unidades e armas se tornaram obsoletos. Entretanto, a idéia não é

enfraquecer a defesa e sim adaptá-la melhor às contingências dos conflitos armados do futuro. Fiel a esse conceito, a França nos deu, recentemente, significativo exemplo: só depois de confirmar a eficácia de suas armas atômicas no atol da Polinésia fez a redução de suas forças convencionais. Terminou militarmente mais forte, e não mais fraca, com a supressão de unidades e efetivos que realizou.

O emprego da força de manutenção da lei e da ordem na sociedade do futuro para conter conflitos internos, assumirá feição mais grave do que foi no passado. Há uma inquietação e uma insatisfação crescentes nas cidades e no campo. Veja-se o número e a ferocidade dos atentados terroristas. Novos ingredientes vieram alimentar a violência das minorias radicais, ideológicas, religiosas, ambientalistas, étnicas, etc. Acrescente-se a isso a audácia dos contrabandistas e praticantes do narcotráfico. Como observa Levi-Strauss, *contraditoriamente enquanto aumenta a produção de alimentos crescem as áreas de fome e miséria no mundo*. A contenção das desordens, em nível normal, caberá às organizações policiais que,

para bem cumprirem sua espinhosa missão, precisam dispor de pessoal selecionado moral e fisicamente e possuírem armas e equipamentos modernos. A tática de ação policial deve ser essencialmente preventiva. As demonstrações de força com intenção dissuasiva devem preceder ao uso da força. A tendência das populações é, cada vez mais, censurar a violência.

Quando a extensão do conflito ultrapassar a capacidade de contenção do instrumento policial, deve ser convocada a presença das Forças Armadas. Isso vem acontecendo nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Brasil. E a perspectiva desse procedimento é de se tornar mais freqüente. O desejado, no caso de emprego das Forças Armadas nos conflitos internos, é que estas consigam, pela presença, pela demonstração de efetivos e armas, a dissuadir os manifestantes e desordeiros. Mais uma vez, valoriza-se a tática de dissuasão.

O Brasil já é uma potência média, segundo os índices de avaliação da geopolítica. De acordo com os renomados autores Hans Morgenthau, Nicholas Spykman e Ray Cline, todos versados

em avaliações geopolíticas, figuram entre os índices de potência os seguintes – população, extensão territorial, riquezas naturais e unidade nacional. Todos eles nós os possuímos de sobejo. Falta-nos os índices de desempenho – alto nível industrial e tecnológico e capacidade militar.

Há entretanto aqueles que nos consideram uma promessa de grande potência. Alguns por premonição, como o historiador português Gabriel Soares de Sousa, que, em 1582, no seu livro *Tratado descritivo do Brasil* escreveu:

Está capaz para se edificar nele um grande império,

O qual com pouca despesa destes reinos,

Se fará tão soberano que seja um dos Estados do Mundo.

José Bonifácio, em 1821, em seus *Apontamentos para os deputados paulistas à Corte de Portugal*, também manifesta esse pressentimento político.

Mais recentemente, temos merecido de renomados autores de geopolítica, tais como Ray Cline, Lewis Tambs e Philip Kelly, a avaliação perspectiva de que, no

próximo século, viremos a figurar entre as maiores potências da Terra, junto com a China, Índia, Austrália e Canadá. Possuímos as condições básicas, falta-nos o bom desempenho político.

O Brasil não está excluído das novas avaliações e transformações impostas pelas inovações da estratégia mundial. Precisamos reavaliar a nossa situação no continente e no mundo. Novas ameaças à nossa soberania se despontam, antigas ameaças se diluem.

O atual quadro político mundial, no qual predominam as pressões de organizações internacionais sobre os conflitos nacionais e regionais, pressões essas muitas vezes apoiadas, clara ou furtivamente, pelos governos dos “grandes”, geram as novas ameaças sobre o Brasil, possuidor do imenso território que abriga riquezas incomensuráveis, muitas ainda inexploradas.

A nossa estratégia de defesa aconselhada, em face desse tipo de ameaças, acreditamos, será a de dissuasão. No livro *Introduction à la strategie*, o general francês André Beaufre, prefaciado por outro renomado estrategista, o inglês Liddell Hart, o autor conceitua a estraté-

gia de dissuasão como aquela em que *o país visado procura evitar a ação bélica impondo uma ameaça que o agressor não possa ou não esteja disposto a pagar.*

Essa estratégia vem dando certo nos últimos conflitos em que países pequenos e médios, como a Somália e grupos armados na dividida ex-Iugoslávia, querendo evitar a intervenção militar em seus territórios, apresentam uma capacidade de resistência que os governos dos “grandes” não podem pagar, sem se submeterem a um tremendo desgaste político perante a opinião pública de seus países. Há hoje, nas grandes democracias, uma verdadeira idiossincrasia ao envio de seus compatriotas a guerras exteriores, para lutar por causas que o povo não entende.

A validade da dissuasão, da ameaça, depende de dois fatores, um moral e outro material. O país ameaçado deverá revelar uma coesão capaz de se traduzir em vontade nacional de resistir à intervenção, e deve oferecer um poder militar que convença sobre a sua capacidade de durar na luta.

É princípio consagrado pelos mestres da estratégia que não se planeja e execu-

ta uma operação militar sem antes se avaliar as possibilidades e vulnerabilidades do adversário.

No caso brasileiro, em face de crescentes manifestações de âmbito internacional que pesam sobre nosso território, particularmente sobre a Amazônia, se tivermos que repelir uma ameaça de agressão, devemos mostrar vontade nacional de resistir e capacidade militar de durar na luta, impondo ao agressor a perspectiva de uma campanha longa e mortífera.

Daf concluímos que, diante da ameaça sobre a nossa Amazônia, teremos que ser capazes de revelar férrea vontade de reagir e mostrar uma força militar capaz de validar essa vontade.

Consideramos, na perspectiva do futuro, a principal ameaça que pesa sobre nós, o perigo que se vislumbra nas intenções reveladas por organizações internacionais mais conhecidas como ONG, que procuram convencer os seus governos – e já convenceram grande parte da imprensa estrangeira – de que as questões ecológicas, indigenistas, antropológicas, demográficas, tráfico de drogas,

são questões do interesse da humanidade e como tal devem escapar à autoridade dos governos nacionais.

A nossa estratégia para a Amazônia, portanto, deverá se apoiar na constante manifestação de firmeza do Governo e da diplomacia, repelindo qualquer intenção internacionalista, venha de

Diante da ameaça sobre a nossa Amazônia, teremos que ser capazes de revelar férrea vontade de reagir e mostrar uma força militar capaz de validar essa vontade.

onde vier, e na existência, ali, de uma força militar de dissuasão dispondo de armas e equipamentos modernos e de alta capacidade de treinamento para as ações na selva. Diz o escritor francês André Gluksmann (*Le discours de la guerre*) que a intenção da nação de resistir e a eficiência da força militar devem ser constantemente reveladas, para que o efeito dissuasão se realize.

No cenário que se apresenta do mundo e do Brasil do século XXI, a preocupação com a Amazônia, entretanto, não se configura como único perigo em nosso horizonte.

Em termos de segurança interna, conforme vimos anteriormente, o mundo atravessa uma crescente onda de desordens e violência, provocadas pela insatisfação das massas e a ferocidade dos grupos radicais. Estamos assistindo à maré montante dos atos de terrorismo indiscriminados mais cruéis e das migrações forçadas de milhões de pessoas, repelidas nos países onde procuram abrigo.

País de extensíssima fronteira terrestre, marítima e aérea, torna-se indispensável para o Brasil possuir eficiente sistema integrado de vigilância com radares. Uma força terrestre de vigilância de toda a extensa fronteira, localizada em pontos de trânsito lindeiro, deverá dispor de eficiente apoio de comunicações e de transporte. Uma reserva estratégica de pronto emprego, de alta mobilidade, localizada em área central do território, mante-

a capacidade de atender, imediatamente, à qualquer emergência no interior do país.

Os nossos compromissos com a ONU e a OEA nos obrigam a manter forças equadas e preparadas para missões de paz, cada vez mais frequentes. A proteção do nosso espaço aéreo não pode ser descuidada: a tendência é aumentarem as ameaças de violação. Nos imenso litoral e águas territoriais exigem uma frota naval eficiente.

Devemos perseguir o ob-

jetivo de manter um certo grau de autonomia estratégica. Para isso, é mister reavivar a indústria militar – de armas, de engenhos bélicos, de fabricação naval, de aeronaves e de mísseis.

O Projeto Brasil Século XXI deverá prever uma política militar. Somos um País pacífico, sem reivindicações territoriais, sem questões internacionais conflitantes com outros governos, mas somos um grande País que quer cruzar o futuro vendo sua identidade nacional e a sua soberania respeitadas.

Se não assegurarmos um grau razoável de *autonomia estratégica militar*, não mereceremos o respeito dos aventureiros e ambiciosos internacionais.

Vejo a nossa estratégia militar para o futuro que se avizinha gravitando em torno de dois pólos – autonomia e solidariedade. Autonomia estratégica militar para garantir a nossa respeitabilidade na comunidade das nações. Solidariedade com os compromissos de segurança assumidos com as organizações internacionais. ●

BIBLIOGRAFIA

- TALI, Jacques. "A Direção da História". *Le Monde*, 10 ago. 1996.
- BUCKEUSER, Everardo. *Geopolítica geral do Brasil*. Rio: Bibliex, 1952.
- FRANCO, José. *Apontamentos para os deputados paulistas à Corte de Portugal*. [S.1.]: [s. n.], 1821.
- MAUFRÉ, Andrés. *Introduction a la strategie*. New York: Praeger, 1976.
- CASTRO, Darc. *Brasil – Defesa do Estado*. Rio: Cebes, 1996.
- WILSON, Ray. *World power assessment: a calculus of strategy drift*. [S.1.]: Georgetown Univ., 1975.
- CASTRO, Teresinha. *História da civilização brasileira*. [S.1.]: Capemi, 1982.
- ALBUQUERQUE E SILVA, Golberi. *Geopolítica do Brasil*. Rio: José Olympio, 1967.
- ALBUQUERQUE, Mário César. *O panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio: Bibliex, 1972.
- YAMAMOTO, Francis. *O fim do mundo e o último homem*. [S.1.]: Rocco, 1992.
- LUKSMANN, André. *Le discours de la guerre*. [S.1.]: Editions de L'Herne, 1976.
- WILSON, Liddell. *La defensa del Occidente*. México: [S. n.], 1950.
- WILSON, Philip. *Geopolitics of Southern Cone of America*. [S. 1.]: American Univ., 1985.
- WILSON, Henry. *Problems of national strategy*. New York: [S. n.], 1980.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. [S.l.]: [S.n.], 1990.
- MCLUHAN, Marshall. *A aldeia mundial*, [S.l.]: [S. n.], 1980.
- MCNAMARA, Robert. A nova ordem mundial. Conferência no Banco Mundial, 1990.
- MINC, Alain. *La France de l'an 2000*. Paris: Odile Jacob, 1994.
- NAISBITT, John. *Megatrends 2000*. [S.l.]: [S. n.].
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. [S.I.]: Biblioteca Nacional, 1582.
- TOFFLER, Alvin. *O choque do futuro*. [S.l.]: [s. n.], 1970.
- _____. *A terceira onda*. [S. l.]: [s. n.], 1980.
- _____. *A mudança do poder*. [S. l.]: [s. n.], 1990.
- TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: [s. n.].
- TAMBS, Lewis. *Geopolitics of Amazon*. [S.l.]: [s. n.], 1975.
- Livre Blanc du Ministère de la defense de France*. [S.l.]: [s. n.], 1994.
- _____. *Revista Defense Nationale, França, Vers une defense nouvelle e Guerres e Paix au XXI Siècle*. [S.l.]: [s. n.], 1996.